



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 074/2003

Contrato para locação de 1 (uma) sala comercial, situada na Rua Santos Saraiva, n. 1155, nesta Capital, autorizado pela Sra. Nelzyr Silva Müller, Secretária de Administração, a fl. 36 do Procedimento n. 101/3/2003 – CMP/SLC, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a FUSESC – Fundação CODESC de Seguridade Social, de conformidade com as Leis n. 8.666/1993 e 8.070/1990.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.509.018/0020-86, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, neste ato representado por sua Secretária de Administração, Senhora Nelzyr Silva Müller, inscrita no CPF sob o n. 258.030.859-87, residente e domiciliada nesta cidade e, de outro lado, a FUSESC – FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL, estabelecida na Rua Dom Jaime Câmara, n. 217, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n. 83.564.443/0001-32, doravante denominada LOCADORA, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, Senhor Vânio Boing, inscrito no CPF sob o n. 433.085.709-04, e pelo seu Diretor de Seguridade e Administrativo, Senhor Mauro Tubias Benedet, inscrito no CPF sob o n. 221.264.069-20, residentes e domiciliados nesta cidade, têm entre si ajustado este Contrato para a locação de 1 (uma) sala comercial, firmado de acordo com as Leis n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.078, de 11 de setembro de 1990, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a locação de 1 (uma) sala comercial, com área de 251,55 m² (duzentos e cinquenta e um vírgula cinquenta e cinco metros quadrados), situada na Rua Santos Saraiva, n. 1155, Estreito, nesta Capital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O imóvel ora locado destina-se à instalação do Cartório da 101ª Zona Eleitoral desta Capital.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Procedimento n. 101/3/2003 - CMP/SLC, além das obrigações assumidas nas propostas firmadas pela Locadora, e dirigida ao Locatário em 8/4/2003, que fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar de 20/6/2003.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O Locatário pagará à Locadora, pelo aluguel do imóvel descrito na Cláusula Primeira, o valor mensal de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

3.2. O pagamento do aluguel será efetuado através de ordem bancária e creditado na conta corrente determinada pela Locadora, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

3.3. As taxas de luz, água, esgoto, IPTU e seguros correrão à conta do Locatário, durante a vigência do presente Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano da vigência do Contrato, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

4.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data da apresentação da proposta.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão à conta do Programa de Trabalho 02.061.0570.2000.0001 – Administração da Unidade, PTRES 890049, Elemento de Despesa 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ.

CLÁUSULA SEXTA - DO EMPENHO DA DESPESA

6.1. Foi emitida a Nota de Empenho Estimativa n. 2003NE000463, em 13/6/2003, no valor de R\$ 11.520,00 (onze mil, quinhentos e vinte reais), para a realização da despesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA OCUPAÇÃO

7.1. O Locatário declara receber o imóvel, objeto do presente Contrato, que se destina à instalação do Cartório da 101ª Zona Eleitoral da Capital, comprometendo-se, assim, a não dar ao mesmo outra destinação, senão a que declarou.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1. Finda a locação, o Locatário poderá retirar todas as benfeitorias realizadas no imóvel, tais como paredes divisórias, armários embutidos, cortinas, aparelhos de ar condicionado, etc, que forem às suas expensas mandados instalar no imóvel objeto desta locação.

8.2. Finda a locação, a sala será devolvida nas mesmas condições em que a tenha recebido o Locatário, obrigando-se a reparar o que estiver danificado, inclusive a pintura, e a indenizar os danos porventura verificados, conforme vistoria (levantamento) que se agrega a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS IMPREVISTOS

9.1. A Locadora não se responsabiliza, de modo algum, pelos prejuízos que o Locatário venha a sofrer, durante a locação, decorrentes de tempestades, inundações ou raios, devendo o Locatário, caso queira ter cobertura contra esses riscos, custear os necessários seguros.

LOCATÁRIO **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO**

10.1. O Locatário se obriga a:

10.1.1. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe de Cartório da 101ª Zona Eleitoral, ou seu substituto, o acompanhamento e a fiscalização da locação, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Locadora.

10.1.2. efetuar o pagamento à LOCADORA, de acordo com as condições de preço e de prazo estabelecidas na Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

11.1. A Locadora ficará obrigada a:

a) locar o imóvel nas condições, nos preços e nos prazos estipulados neste Contrato;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do Locatário;

c) manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Procedimento n. 101/3/2003 - CMP/SLC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Se a Locadora descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o Locatário poderá aplicar, à Locadora, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) do valor mensal deste Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” da Subcláusula 12.2 caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.4. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio da Secretária de Administração, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.5. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da Subcláusula 12.2, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

13.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do art. 78, sujeita-se a Locadora ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor anual deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Locatário providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 18 de junho de 2003.

CONTRATANTE:

NELZYR SILVA MÜLLER
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA:

VÂNIO BOING
DIRETOR SUPERINTENDENTE

MAURO TUBIAS BENEDET
DIRETOR DE SEGURIDADE E ADMINISTRATIVO

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORD. DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO
COORD. DE SERVIÇOS GERAIS